

ENTRE ROMÂNTICOS E MODERNOS: PIERRE BOURDIEU E A TEORIA SOCIOLÓGICA DO CAMPO LITERÁRIO

Clovis Carvalho Brito*

Resumo: A sociologia da literatura é um dos ramos da sociologia que proporcionam ricas análises do mundo social. Nos últimos tempos, graças aos estudos de Karl Mannheim, Antônio Cândido, Norbert Elias e, principalmente, de Pierre Bourdieu, a sociologia da literatura ou do campo literário conquistou um arcabouço teórico-metodológico que propicia decifrar o “retrato” das relações nas quais os escritores estavam inseridos ou das sociedades que propuseram narrar. Neste artigo, proponho aproximar as referências de Bourdieu com as de outros analistas, reunindo meios capazes de compreender as relações no campo literário e de efetuar um diálogo que ressalte as interconexões entre literatura e sociedade.

Palavras Chave: Literatura; Sociedade; Bourdieu.

Abstract: The sociology of literature is a branch sociology that proportion riches analyses of social world. In lasts times, thanks the studies of Karl Mannheim, Antônio Cândido, Norbert Elias and, principally, Pierre Bourdieu, the sociology of literature or field literary conquered a framework theoretical-methodological that propitiate to decipher the “picture” of the relations in that writers were inserts or of the societies that propose to narrate. In this paper, intend to approximate the references of Bourdieu with others annalists, reuniting forms capable to comprehend the relations in field literary and to effectuate a dialogue that salience the interconnections between literature and society.

Key Words: Literature; Society; Bourdieu.

1. INTRODUÇÃO

Promover apreciações sobre a obra de arte e o seu condicionamento social constitui intuito aparentemente simples. Todavia, para compreendermos a fusão texto e contexto devemos reconhecer que “o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que, desempenha um papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CÂNDIDO, 1976, p. 4). A partir desse entendimento, ao avaliar a intimidade de uma obra deparamos com fatores de sua organização interna que condicionam peculiaridades e, configuram conseqüentemente, sua relevância para determinado público e em determinado contexto.

Partindo dessas análises, e enveredando pelos caminhos da crítica literária, o problema-eixo consiste em superar superficialidades e o receio quando da definição de realizar estudos na seara do que se convencionou designar crítica social literária ou sociologia da literatura. Assim, implica verificarmos em que medida o fato social dialoga com o artista, a obra e seu público, e, nas definições de Cândido (1976), determinar se o social fornece apenas matéria (ambiente, costumes, traços grupais, idéias) subsidiando a condução da corrente criadora, ou se, além de tema, oportuniza a constituição do que existe de essencial na obra, como determinante do valor estético.

Torna-se necessário observarmos que ao mesmo tempo em que o ponto de vista cria o objeto, ele pode contribuir sensivelmente à limitação das compreensões sobre o mesmo, implicando maior responsabilidade ao reconhecê-lo na promoção de abordagens plurais. Conforme demonstra Pierre Bourdieu (1999), apesar das diferentes técnicas poderem, em medida variável e com rendimentos desiguais, contribuir para o conhecimento do objeto, devemos considerar a necessidade do controle através de uma reflexão metódica sobre as condições e limites de sua validade. Portanto, as inquietações provenientes da abordagem artística resultam do constante controle necessário à sua investigação e compreensão, visto o objeto estar impregnado de um complexo de regras, valores e fatos sociais, suscetíveis a estabelecer conflitos de nuança interdisciplinar.

Nesse caso, a crítica deve superar as unilateralidades disciplinares de caráter sociológico, histórico, psicológico ou lingüístico, para “utilizar livremente os elementos capazes de conduzir a uma interpretação coerente” (CÂNDIDO, 1976, p. 7). A referida orientação de Antônio Cândido não impede que cada estudioso “ressalte o elemento da sua preferência, desde que o utilize como componente da estruturação da obra” (1976, p. 7).

Outra questão importante deve ser apreciada: torna-se necessário promovermos um exercício de coragem, pois estudar os objetos artísticos é inserir num mundo de crenças em determinado dom, de sacralidade e, utilizando a compreensão de Bourdieu, crença na unicidade de um criador incriado. Nesse sentido, verificamos que

a sociologia e a arte não fazem um bom par. Isto vale para a arte e para os artistas que não suportam tudo aquilo que ameace a idéia que eles têm de si mesmos: o universo da arte é um universo da crença (...) e a irrupção do sociólogo que quer compreender, explicar, tornar compreensível, causa escândalo. Desencantamento, reducionismo, numa só palavra, grosseria ou, o que dá no mesmo, sacrilégio (BOURDIEU, 1983, p. 162).

Porém, tais formulações não pretendem resumir todos os métodos e dificuldades que obstaculizam ou encaminham selecionar um tema, definir determinado objeto e contexto para a aplicação de um instrumental teórico. Mesmo temas considerados ‘menos sagrados’, também necessitam de aparatos metodológicos e técnicas para um desnudamento e investigação coerente. O que se pretende é asseverar que a realidade se constitui por representações e que o imaginário consiste em importante subsídio a compreensão de um tempo e de uma sociedade.

Dessa forma, essas considerações contribuem para a compreensão do porque de algumas representações da realidade, alguns autores, obras e públicos, permanecem ainda encantados, míticos, sagrados; e qual a razão do aparente silêncio que determinadas obras ocasionam no meio científico, especialmente as que refletem acentuadas cargas de questionamento social, resistência a padrões dominantes e em que o autor se torna participante e voz dos socialmente marginalizados. Talvez porque ainda falte um divisor de águas, uma ‘geração de 22’ do campo acadêmico que, parodiando Manuel Bandeira, esteja farta da prática comedida, bem comportada, cúmplice do político e do econômico, que capitula ao que quer que esteja fora de si mesma e que, principalmente, não queira saber mais da ciência que não é libertação.

Pretendemos, assim, demonstrar a importância de se relacionar forma expressiva e temporalidade a partir dos subsídios da teoria sociológica contemporânea enfatizando, para tanto, os preceitos de Pierre Bourdieu relativos ao campo literário. Construções estas que evidenciam a apreciação de algo eminentemente sagrado (mesmo quando profano) como a literatura.

2. AS LUTAS E O CAMPO LITERÁRIO

Partindo desse entendimento, podemos dialogar com a noção de campo, de Bourdieu (1998), entendido como um espaço social de relações objetivas. Torna-se, portanto, necessário ultrapassarmos a “primeira tentativa de análise do ‘campo intelectual’ como universo relativamente autônomo de relações específicas” e as relações “imediatamente visíveis entre os agentes envolvidos na vida intelectual - sobretudo nas interações entre os autores ou entre os autores e editores” (p. 66) que disfarçam aspectos objetivos entre as posições ocupadas pelos agentes que determinam a forma de interagir. O campo seria uma estrutura de relações objetivas facultadora de interações concretas e condição para o reconhecimento da disputa travada e dos limites que não podem ser ultrapassados.

Bourdieu afirma que da luta no interior do campo só podem surgir revoluções parciais que promovem a destruição da hierarquia, mas não das regras do jogo. Assim, a luta pela dominação, além de mover o campo, contribuiria para uma reestruturação constante:

a oposição entre direita e a esquerda, entre a retaguarda e a vanguarda, o consagrado e o herético, a ortodoxia e a heterodoxia, muda constantemente o conteúdo substancial, mas permanece estruturalmente idêntica. Os recém-chegados só podem destituir os antigos porque a lei implícita do campo é a distinção, em todos os sentidos do termo: a última diferença (BOURDIEU, 1983, p. 157).

Esta trajetória de inserção no campo literário, pautada por constantes lutas, constitui o fio condutor que permeia as formulações da teoria de Bourdieu sobre a sociologia da literatura. É necessário, desse modo, observar os recém-chegados e paladinos e reconstituir seus pontos de vista, entendidos como os pontos representativos do espaço social no qual suas visões de mundo foram formadas, para vislumbrar “princípios esquecidos ou renegados, da liberdade intelectual” (1996a, p. 64).

A reconstituição da origem social do escritor juntamente com o capital social herdado e a busca pela inserção no campo assume, conforme Ênio Passiani, a explicitação de “todo seu capital social e simbólico acumulado ao longo desse percurso para, assim, coligir mais informações que contribuam para depreender a posição” (PASSIANI, 2003, p. 109). Nesse entendimento, o autor ressalta que a trajetória social de um literato:

não dá todas as respostas que procuramos ou responde a todas as questões sociologicamente relevantes, mas, desde que cotejada com os estados correspondentes da estrutura do campo que se determinam em cada momento histórico, oferece elementos que permitem analisar as tomadas de posição e as disposições do agente social em razão da posição ocupada no campo, que, por sua vez, torna-se inteligível se vislumbrarmos a trajetória (social) percorrida pelo agente; trajetória e posição constituem uma relação dialética, na qual não é possível entender uma sem nos ocuparmos necessariamente da outra (p. 109-110).

Outra importante análise que deve ser efetuada considerando as relações no campo é a instituição Academia de Letras. Em estudo que relaciona a obra de Monteiro Lobato com os procedimentos de inserção no campo literário brasileiro, Passiani (2003) demonstra que a presença de um escritor nesta instituição “representaria a coroação final concedida por uma importante instituição do campo literário; aliás, a Academia era por excelência, a instituição responsável pelo prestígio e pela consagração dos literatos” e, nesse sentido, caberia a ela “selecionar aqueles poucos escritores dignos, segundo os critérios – nem sempre estéticos – elaborados pela própria Academia, de ingressar no rol dos imortais” (p. 67).

Dessa forma lhe caberia a missão de oficializar o resultado das lutas travadas no campo, na medida em que escreve a história literária e chancela a “imortalidade”. O estudo se refere à Academia Brasileira de Letras, ressaltando que o fato de um escritor pertencer a esta instituição não o torna por si só um grande literato, seja nos padrões da crítica ou dos editores, mas torna-o “um grande escritor segundo os critérios de representação da própria Academia. Está em jogo o modo como os acadêmicos vêem a si mesmos, o que denuncia como eles gostariam de ser vistos pelos não-acadêmicos” (PASSIANI, 2003, p. 67-68). Todavia, acreditamos que o afirmado pelo autor também se realiza nas “academias estaduais” que, muitas vezes, constituem para os escritores afastados dos grandes centros, primeiro passo para a distinção e base para uma possível consagração nacional na Academia Brasileira de Letras.

Afirma Pierre Bourdieu (1996a), que os recém-chegados no campo devem construir sua posição, inventar contra as posições dos já estabelecidos uma personagem social que é o escritor ou artista moderno. Avaliando o que ele designou de dialética da distinção, afirma que “não há ação de um agente que não seja reação para todos os outros, ou para algum deles” (1996a, p. 147). Para tanto, na luta pela distinção, o “projeto criador” introduz no campo, em decorrência de sua posição, uma estratégia para marcar as criações e “realizar essa obra e para defendê-la contra toda a lógica do campo” (p. 149). Para o autor, a consagração só é possível em uma conjuntura excepcionalmente favorável e de uma “indiferença inflexível às injunções tácitas” do campo literário aliadas, entretanto, a repercussão crítica favorável e ao processo de invenção do intelectual.

No mesmo aspecto, acredita que o êxito simbólico e econômico da produção depende da ação de alguns “descobridores”. Esses agentes “produziriam” a definição social em “relação à qual se determinam os críticos, os leitores e também os autores mais jovens” (p. 180) e contribuiriam para que a obra “marque época”.

Neste processo de criação da crença, além das estratégias relativas a estilo e temáticas, a relação com escritores paladinos, muitos com a chancela da “imortalidade” deferida pela Academia Brasileira de Letras, além de outros agentes legitimadores no campo, torna-se fundamental para a efetiva consagração.

3. ILUSÃO BIOGRÁFICA, POSIÇÕES E DISPOSIÇÕES

Em **A ilusão biográfica**, Bourdieu afirma que pode ser encontrado no *habitus* o princípio da unificação das práticas e das representações vivenciadas em manifestações sucessivas. Todavia, a tendência a realizar um relato de vida se afastaria das trocas íntimas entre familiares e confidências na medida em que se aproxima de um discurso oficial de apresentação, seguindo as leis reguladoras da produção de discursos na relação entre *habitus* e mercado. Assim, “a própria situação da interpretação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido” (1996b, p. 189).

O autor compreende os acontecimentos biográficos como colocações e deslocamentos ocorridos em espaço social na observância dos diversos capitais em jogo. A mudança e a tomada de posições seriam conduzidas pela relação objetiva entre sentido e valor num espaço orientado. Dessa forma, salienta que

não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço de possíveis (1996b, p. 190).

Nesse sentido, inúmeras outras interpretações podem ser aglutinadas às de Bourdieu, enriquecendo seu método, reforçando ou possibilitando novos eixos de análise, a exemplo das formulações de Norbert Elias, Karl Mannheim e Antônio Cândido.

Inicialmente destacamos a compreensão de Norbert Elias (1995), no livro **Mozart: sociologia de um gênio**, quando afirma que as ações e omissões individuais resultam da influência da sociedade em que se está inserido, desconstruindo a visão caracterizadora do ‘gênio criador’ ou ‘gênio do artista’. Segundo suas formulações, o desenvolvimento da personalidade individual (psicogênese) e o desenvolvimento da sociedade (sociogênese) possibilitariam a concessão de processos civilizadores e descivilizadores. A lógica desse processo seriam tensões que encaminhariam a competição, a diferenciação das funções, à interdependência, um controle externo, depois a um autocontrole no desenvolvimento das estruturas e da personalidade. Conclui, assim, que as mudanças contínuas da estrutura social sugerem a mudança do “padrão de comportamento e a constituição psíquica dos povos” (ELIAS, 1994, p. 16).

Dialogando com essas orientações, destaca-se a perspectiva clássica de Karl Mannheim. Segundo suas definições, o envolvimento particular de um indivíduo em seu grupo social ensejaria determinada perspectiva ou área de experiência social que teria alcance e limitações, observando que “o alcance da experiência social é definido pela percepção que o indivíduo pode obter através de sua participação no processo social; ao mesmo tempo, certas limitações de visão decorrem de bloqueios auto-impostos quando o indivíduo assume um papel e é por ele forçado a fazer opções características” (p. 15). O autor acenou para a dimensão social dos processos mentais em que o “eu” deveria ser reconhecido numa teia de relações e integrações, observando o comportamento individual a partir das constelações nas quais age.

De acordo com esse entendimento, Maria Cristina Teixeira Machado observa que a origem social de um intelectual torna-se relevante para a sua compreensão “por nos fornecer informações preciosas sobre os impulsos grupais que deixam transparecer em suas obras” (MACHADO, 2002, p. 55). Citando Mannheim, demonstra que:

se não podemos pela origem social obter todos os dados para a compreensão completa do desenvolvimento mental de um indivíduo, podemos pelo menos levantar alguns fatores que nos esclareçam sobre sua predisposição particular para enfrentar e experimentar determinadas situações. Não podemos explicar padrões dominantes de ideação, sob circunstâncias historicamente conhecidas, sem contar com elementos de histórias de vida, estreitamente relacionadas a dados sobre as origens social, de classe ou vocacional, no estudo de intelectuais representativos (p. 55).

Portanto, o indivíduo seria o foco da realidade na medida em que se percebe as constelações nas quais ele desenvolve suas ações, apontando a dimensão social da mente. O que a sociologia do espírito proporcionaria seria um método para a descoberta das situações da ação, estruturas e escolhas que se inserem nas expressões de sentido, reconhecidas no pensamento discursivo e na vasta gama de expressões simbólicas geradas e transmitidas.

A sociologia do espírito sistematizaria a dimensão social dos processos mentais observando

o indivíduo inserido num contexto gerador de relações em processo contínuo de integração. Os processos mentais e as ações coexistiriam num processo único utilizando a cultura como forma de compreensão social. Mannheim (1974) congregou em suas percepções pensamento discursivo e expressões simbólicas constantemente criados e transmitidos evidenciando que tudo se constitui em conhecimento. A compreensão do complexo cultural seria desenvolvida através da análise dos atos inter-relacionados oriundos do pensamento e da ação que constituiriam um processo unívoco.

Observam-se, assim, as situações sociais como componentes dos atos mentais e as imagens apontariam elementos representativos das situações em que foram concebidas e que as motivaram. Os processos mentais propiciadores de manifestações artísticas apresentariam formas objetivadas de significados:

Um significado objetivado é um produto da sociabilidade. Objetivamos não apenas o pensamento, mas também as emoções, estados de alma e qualquer outro filtro de ‘saída’ do circuito fechado das experiências singulares. Sem dúvida, o impulso para objetivar significados é eminentemente social e nenhuma consciência pode desenvolver-se num indivíduo não socializado (se por consciência entendermos a soma total de atos dirigidos que se resolvem em significados intencionais (p. 45).

Existiria uma junção entre significado e a experiência coletiva onde ele se origina, corroborando a aceitação do significado como “objeto natural de investigação sociológica” que possuiria um caráter suprapessoal, visto que

os problemas e alternativas com que defrontam os indivíduos em suas ações e expressões assumem novos sentidos – os quais transcendem os significados ‘pretendidos’ pelo indivíduo quando ele concebe ou comunica uma experiência. Tão logo falamos de comportamento ou pensamento estruturado, já nos encontramos nesse segundo nível de significação objetiva: procuramos compreender o significado dos significados tentando reconstruir o contexto da ação e da percepção individuais (p. 49).

Na construção de seu método de análise, apresenta três níveis para evidenciar situações da ação, estruturas de grupos e as escolhas intrínsecas nas apreensões de sentido. Esse modelo contribui sensivelmente para extrair das representações explicações aos fenômenos sociais que, por sua vez, provêm dos atos mentais. Ao avaliar a literatura como fonte, o método proposto subsidia captar algum tipo de sentido, consciente ou inconsciente, presente em todas as relações sociais, assim, significado e relações se fundem. Para Mannheim, o objetivo de suas considerações é desenvolver uma metodologia para o estudo sociológico de atos simbólicos ou sociologia da cultura, à medida que as situações sociais constituem componentes tácitos de todos os atos mentais. Para tanto, sua metodologia é assim definida:

Primeiro passo – As expressões documentadas de pensamentos, sentimento ou gosto são examinadas para que se revele seu sentido inerente ou pretendido, enquanto as indagações sobre sua validade ou veracidade intrínsecas ficam adiadas até o terceiro passo. Segundo passo – Toda a gama de relações sociais nas quais essas expressões são concebidas e realizadas é delineada e estabelecida. Especial atenção deve ser dada às escolhas e à ordem de preferências implicitamente

manifestadas pelas ações dos participantes de uma dada atuação. Terceiro passo – A análise de conteúdo das manifestações é retomada no contexto restaurado da interação original, reconstruindo-se por completo seu significado situacional (p. 36).

Este procedimento de compreender o significado dos significados na reconstrução do contexto da ação e das percepções é que se deve efetivar no delineamento das imagens e sentidos inerentes ou pretendidos pelos autores observando, para tanto, as relações com a estrutura social de que provêm, vislumbrando a possibilidade da obtenção de um conhecimento mediato dos legados a partir das idéias e ações fomentadas pelas obras na seara crítica.

O referido processo de reconstrução também converge nas disposições de Antônio Cândido (1976) quando sublinha a necessidade da análise dos tipos de relações e fatos estruturais ligados à vida artística, causas ou conseqüências. A significação da produção seria explicitada na fusão entre texto e contexto, onde o social constituiria integrado na estrutura da obra transformando-se de elemento externo em interno.

De acordo com o autor, a aproximação da forma e do conteúdo do texto literário, com o contexto em que foi produzido permite relacionar a posição do autor com a natureza das produções e, conseqüentemente, recuperar a organização social da época através dos valores e ideologias expressos na obra. O autor sustenta que a crítica literária deve abraçar o postulado de que o externo (o social) só interessaria na medida em que se faz interno, em que se integra à própria estrutura estética da obra. A sociologia moderna deveria investigar as influências concretas apresentadas pelos fatores de ordem sócio-cultural, cujos mais decisivos se ligariam à estrutura social, aos valores e ideologias e às técnicas de comunicação.

Sua análise revela que os aspectos relativos à estrutura social se manifestariam de forma mais visível na definição da posição social do artista ou nos grupos receptores, já valores e ideologias poderiam ser extraídos na forma e no conteúdo da obra, e as técnicas de comunicação se demonstrariam na avaliação da sua fatura e transmissão: “todo o processo de comunicação pressupõe um comunicante, no caso o artista; um comunicado, ou seja, a obra; um comunicando, que é o público a que se dirige; graças a isso define-se o quarto elemento do processo, isto é, o seu efeito” (p. 21).

Nesse sentido, devemos analisar sociologicamente a produção em seus quatro momentos: a) o criador que através de uma necessidade particular a orienta conforme as influências de seu tempo; b) a definição de determinadas temáticas; c) a utilização de certas formas; e d) o resultado dessa síntese e sua ação sobre o meio.

Continuando, o crítico apresenta as modalidades mais comuns de estudos sociológicos baseados na literatura como fonte do conhecimento:

- a) trabalhos que procuram relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais;
- b) estudos que procuram verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade, descrevendo os seus vários aspectos;

- c) estudos da relação entre a obra e seu público;
- d) estudos sobre a posição social do escritor, procurando relacionar a sua posição com a natureza da sua produção e ambas com a organização da sociedade;
- e) investigação da função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado;
- f) investigação hipotética das origens, seja da literatura em geral, seja de determinados gêneros.

Antônio Candido percebe nessas modalidades um deslocamento do foco da análise do texto para a sociedade, em que o externo ao texto permaneceria externo. Sem invalidá-las, aponta para uma abordagem que recupere os elementos externos no interior da obra, ou seja, que encontre o social como fator da própria construção artística.

Em sua proposta, destaca que a obra literária só poderia ser compreendida na fusão do texto e do contexto, fornecendo subsídios à interpretação dos dois momentos. Segundo afirma, as modalidades de estudo sociológico não deveriam ser utilizadas como orientação estética, mas como teoria e história sociológica da literatura – Sociologia da Literatura –, o que possibilitaria, a partir do texto literário, encontrar imagens e enunciações que evidenciaríamos as interconexões entre literatura e sociedade.

De acordo com Bourdieu (1996a), a autonomia da arte e do artista se constitui em uma autonomia relativa em um espaço de jogo (campo) pautado sobre determinadas condições. Compreendendo o campo como espaço social de relações objetivas e observando os capitais progressivamente acumulados pode-se indagar até que ponto uma obra é reflexo das situações vivenciadas pelo autor e forma de resistência, de contestação aos ditames dos legitimados e estabelecidos. As lutas pela distinção travadas nesse espaço de possíveis seriam o motor do campo e, tais disputas e mecanismos de manutenção de poder, necessariamente, implicariam reflexos nos agentes envolvidos - no caso do campo literário, nos escritores, nas obras, no público leitor, mediadores, dentre outros. Para tanto, se torna fundamental a análise da crença, “a fabricação material do produto, transfigurado em ‘criação’, com isso desviando a busca, para além do artista e de sua atividade própria, das condições dessa capacidade demiúrgica” (Bourdieu, 1996a, p. 193) e das relações ocorridas no seio do campo: todo o “conjunto daqueles que contribuem para o ‘descobrir’ e consagrar enquanto artista ‘conhecido’ e reconhecido – críticos, prefaciadores, *marchands* etc.” (p. 193).

Bourdieu demonstra que os determinismos sociais que deixam marcas na obra de arte são exercidos, por um lado, através do *habitus* do produtor, remetendo assim às condições sociais de sua produção enquanto sujeito social (educação familiar, escolar, por exemplo) e enquanto produtor (estilo, contatos profissionais etc.) e, por outro lado, através das demandas e das coerções sociais inscritas na posição que ele ocupa no campo de produção. O que se chama “criação” seria o encontro de um *habitus* socialmente constituído e uma certa posição já instituída ou possível na divisão do trabalho de produção cultural (e na divisão do trabalho de dominação), trabalho

através do qual o artista realiza sua obra e, inseparavelmente, se faz como artista. O *habitus* seria, nesse entendimento, um princípio “gerador e unificador que reduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas” (BOURDIEU, 1996a, p. 2).

Das orientações, observamos que, se o sujeito da obra é um *habitus* em relação a um campo, o que deve ser avaliado não é o artista singular, mas o campo da produção artística em seu conjunto. A sociologia não poderia compreender a obra de arte e, principalmente, aquilo que acarretaria sua singularidade, se elesse como objeto o autor e sua obra em estado isolado. Desse modo, devemos considerar o campo literário como um campo de forças que age sobre aqueles que estão em seu interior, de uma forma diferenciada de acordo com a posição ocupada, provocador de concorrências que tendem à conservação ou transformação.

Para Bourdieu (1996b), a obra de arte deve ser compreendida a partir das regras originárias no campo de sua formação. A arte não se constitui em um terreno sagrado que deve ser mantido fora da avaliação científica. Cabe à sociologia não um estudo estético, como o realizado pela crítica literária, e sim a percepção dos processos que estão na base da composição artística. Mas como seria essa análise sociológica da literatura?

O autor combate a idéia da autonomia da literatura e da transcendência das obras culturais, orientando que a análise científica da obra literária contribui para seu enriquecimento. Descreve as tradicionais formas com que os analistas têm tratado o texto literário, concluindo que mascaram as relações objetivas, ou seja, a estrutura que determina a forma das interações.

A primeira vertente citada é a do mito fundador ou “projeto original”, que induz à idéia de um intelectual onipotente. A representação carismática do autor como criador deve ser superada através do estudo da gênese e da estrutura do espaço cultural específico no qual o autor se inseriu e onde o seu projeto criador foi formado. Outras críticas são lançadas às correntes de tradição estruturalista que procuram estudar o fenômeno literário literariamente, buscando as condições da experiência estética e investigando a essência da literatura sem referências externas. Também critica a denominada crítica genética, por buscar a gênese do texto no próprio texto. Esse formalismo, que privilegia as respostas auto-referenciais (absolutização do texto), causaria um reducionismo que esconde as hierarquias e as espécies de efeitos de dominação simbólica. Já tendências que privilegiam as análises externas predispõem a ignorar a lógica interna dos objetos culturais, contribuindo para o esquecimento dos agentes e instituições que o produziram. Essa corrente, de influências marxistas, ao promover atenção exclusiva às funções, realizaria o inverso do apregoado pela tradição internalista. Segundo dispõe,

a eficácia dos fatores externos, crises econômicas, transformações técnicas, revoluções políticas ou, muito simplesmente, demanda social de uma categoria particular de comanditários, de que a história social tradicional busca a manifestação direta nas obras, não pode exercer-se senão por intermédio das transformações da estrutura do campo que esses fatores podem determinar (BOURDIEU, 1996b, p. 232).

Conclui que a noção de campo permitiria superar a oposição entre leitura interna e análise externa, sem perder as aquisições e exigências dessas abordagens: “ocorre que a estrutura da obra, que uma leitura estritamente interna traz à luz, ou seja, a estrutura do espaço social no qual transcorrem as aventuras (...), é também a estrutura do espaço social no qual seu próprio autor estava situado” (p. 17).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Torna-se importante observarmos que as lutas pela distinção são contínuas, é a luta o motor do campo. Conforme destaca Pierre Bourdieu a consagração encaminha para “marcar época”, consistindo no ato de deter o tempo, de eternizar o estado presente e pactuar entre os agentes a continuidade, a identidade e a reprodução.

O confronto pelo reconhecimento, inserção e permanência no campo literário pode ser compreendido nas explicações de Bourdieu (1996a) sobre a denominada ‘dialética da distinção’, ou seja, a luta pela continuidade no campo fomentando posições hegemônicas. Na análise de Passiani (2003, p. 50), seria a conquista de posição privilegiada que permite “escrever a visão oficial da história, impor seus critérios de classificação (e desclassificação) e os padrões de gosto” e concederia “autoridade necessária para dizer que é ou não é um escritor (ou quem é um ‘bom’ ou ‘mau’ escritor) e até o monopólio do poder de dizer quem está autorizado a dizer quem é escritor (isto é, quem forma a crítica literária digna de crédito)”.

Convém rememorarmos que o motor do campo é a luta constante em seu interior que possui formas específicas de revolução pautadas na sincronização de uma necessidade interna com o universo que o engloba. Para Bourdieu (1983) no terreno da cultura a luta é integradora, é uma mudança que tende a assegurar a permanência das regras do jogo, o princípio da mudança seria a busca do monopólio da distinção, da imposição da última diferença legítima. Este entendimento remete a compreensão que a busca pela distinção é constante, e por este motivo, a consagração de obras deve ser periodicamente suscitada pelos leitores, editores, escritores, críticos e demais agentes em que circulam o poder de criar a crença. Isto é, torna-se necessário o cotidiano aval dos partícipes do sistema de relações que em seu conjunto produzem o jogo e o poder em que repousa a fé destinada a determinadas criações e produtores.

Desse modo, a teoria sociológica contemporânea, especificamente a sociologia da literatura pautada nas avaliações de Pierre Bourdieu, contribui para a promoção de uma análise do universo simbólico como vértice no qual se pode instituir uma importante aproximação com os processos sociais. As reflexões de Bourdieu oportunizam, nesse aspecto, uma multiplicidade de abordagens congregadoras dos pensamentos de outros estudiosos a exemplo de Elias, Mannheim e Cândido. Surge uma nova forma de analisar a realidade em que a ciência constrói uma ponte capaz de superar os períodos, os estilos e tendências, observando, assim, a instituição das lutas travadas no

interior do campo que cria o criador que, por sua vez, constrói conjuntamente com os demais agentes, a dialética da distinção.

5. NOTAS

* Doutorando em Sociologia pela UNB, linha de pesquisa Arte, Cultura e Pensamento Social. Endereço: Rua Maria Fernandes da Cruz, 35 AP 21B CH Tubalina. Uberlândia MG CEP: 38413.351.

6. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996a.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**: usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996b.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 5. ed. ver. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

ELIAS, Norbert. **Mozart**: sociologia de um gênio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. Goiânia: UFG; São Paulo: Edusp, 2002.

MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, Edusp, 1974.

PASSIANI, Enio. **Na trilha do Jeca**: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2003.